

CONTEÚDOS

- 01 EDITORIAL
- 02 ARTIGO GESTÃO DE ACERVOS EM RESERVAS MUSEOLÓGICAS
- 10 OPINIÕES O RECURSO 'MUSEU' NO SISTEMA EDUCATIVO
- 13 NOVOS, RECENTES E RENOVADOS MUSEU DO DOURO
- 18 ENTREVISTA COM... LUISA COSTA GOMES
- 20 NOTÍCIAS ICOM
- 21 NOVAS PUBLICAÇÕES
- 22 CALENDÁRIO DE INICIATIVAS

EDITORIAL

MARIA VLACHOU

Nesta nova edição do Boletim ICOM.PT, a 15ª, procuramos dar continuidade ao debate sobre questões que serão sempre centrais na nossa reflexão sobre o papel dos museus na nossa sociedade.

Com a questão da gestão de coleções sempre na ordem do dia, e com o debate relançado de forma dinâmica e informada no encontro Museus e Sustentabilidade Financeira, organizado pelo ICOM no Porto em Novembro, temos o prazer de publicar nesta edição o artigo de **Joana Amaral** sobre a gestão de acervos em reservas museológicas. Esta é uma apresentação resumida dos conteúdos da tese de mestrado recentemente defendida pela autora.

Uma reflexão sobre o papel educativo dos museus é feita aqui por uma profissional dos museus, **Maria do Rosário Azevedo** (correspondente nacional do CECA), e por uma professora, Isabel Pereira, que aceitaram partilhar connosco as suas ideias e experiência do 'uso' do museu como recurso no sistema educativo. O papel dos museus foi também discutido com a escritora e dramaturga **Luísa Costa Gomes**, na entrevista desta edição.

Na coluna Novos, Recentes e Renovados apresentamos o **Museu do Douro**, que este ano recebeu uma menção honrosa pelo European Museum of the Year Award, menção essa que sublinhava a qualidade e o vasto âmbito de programas que contribuem para um maior conhecimento e orgulho da identidade cultural da Região do Douro.

E, como sempre, notícias, novas publicações e iniciativas dirigidas aos profissionais dos museus nos próximos três meses.

ARTIGO

GESTÃO DE ACERVOS EM RESERVAS MUSEOLÓGICAS

JOANA AMARAL

Conservadora-Restauradora e Museóloga

Considerando os gabinetes de curiosidades, do período renascentista europeu, e os museus que se começaram a constituir na Europa e na América do Norte, durante o século XIX, pode-se dizer que “no início era a colecção” integralmente acessível, embora apenas a uma minoria social, mas não de acordo com o conceito actual de exposição. Agradar a um público cada vez mais vasto e diversificado, e assumir um papel educativo cada vez mais amplo, conduziu à necessidade de seleccionar objectos e de os expor de formas mais atractivas¹. Esta é a origem da museografia e, conseqüentemente, da reserva.

Esta oposição entre os dois espaços – reserva e exposição – traz novas práticas de conservação preventiva e também a evolução do conceito de reserva.

A instalação de colecções em reserva é um dos domínios de importância incontestável, mas ainda não completamente resolvido. A degradação das colecções deve-se frequentemente a más condições de reserva. A ignorância ou a negligência em relação a assuntos como a humidade relativa, a temperatura, a sujidade, os poluentes, as infestações e outros factores de degradação, assim como as lacunas de informação relativas às colecções causam ainda hoje a perda de objectos em reserva².

Actualmente a reserva deve responder à missão do museu permitindo que as colecções fora de contexto expositivo estejam acessíveis. Esta acessibilidade diz respeito não só à possibilidade de aceder aos objectos para as diversas funções museológicas (“investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação”³), mas também à obrigação de manter os bens culturais em bom estado de conservação permitindo o seu manuseamento em segurança.

As reservas não são apenas espaços onde se guardam os objectos que não estão em uso, mas também espaços dinâmicos a partir dos quais se desenvolvem várias acções do museu.

Partindo do princípio que a conservação preventiva, e também a colocação de colecções em reserva, não é um fim em si, e que o acesso a bens culturais fora do contexto expositivo tem cada vez mais importância para o público e para investigadores ou estudantes exteriores ao museu, podem ser seguidos diversos modelos: reservas que permitem o acolhimento de acções de formação e investigação, reservas onde é possível ao público observar o trabalho de bastidores do museu, reservas livremente visitáveis, ou reservas onde decorrem outras acções de mediação e comunicação do museu.

As colecções em reserva são recursos que o museu deve manter disponíveis e o modelo de reserva seguido depende da forma como o museu quer utilizar e disponibilizar esses recursos.

¹ JAOUL, Martine, “Des réserves, por quoi faire?” in *Museum international*, nº 188 (vol. 47, nº 4, 1995), UNESCO: Paris, 1995, p. 4. e GONÇALVES, António Manuel, “Arrecadações nos museus” in *Separata do Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga* vol. IV, nº 1, MNAA: Lisboa, 1958, p. 19.

² Graeme Gardiner citado em HERREMAN, Yani, “L’entreposages des collections dans les réserves: un problème non résolu” in *Museum international*, nº 188 (vol. 47, nº 4, 1995), UNESCO: Paris, 1995, p. 9.

³ Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto in *Diário da República* – I Série A, nº 195, 19 de Agosto, Lisboa, 2004.

A colaboração de cada vez mais profissionais, especializados em diferentes áreas, e um melhor conhecimento das técnicas de conservação, de inventário e da planificação, em particular, têm melhorado os sistemas de gestão das reservas e permitido desenvolver modelos adequados às necessidades de cada instituição. Mas para que das práticas e métodos de programação possam surgir reservas eficazes é importante que a reflexão tenha lugar logo no momento de concepção do museu, ou no início do planeamento da sua alteração.

Ter uma política de incorporações bem definida é fundamental para que a reserva responda às necessidades do museu⁴, mas se ao programa de incorporações não corresponder um programa igualmente sólido de reservas a prestação do museu também se encontra fortemente comprometida. Porque se o museu tem espaço disponível então terá a tendência de acumular objectos em reserva irreflectidamente. Por outro lado, as incorporações serão desencorajadas se na área de reserva não houver espaço disponível⁵. Também as exposições podem ser muito influenciadas pela ausência de planificação das reservas. Bens culturais que deveriam ser retirados de exposição por razões de conservação não o poderão ser por não terem lugar em reserva. Pela mesma razão pode ser difícil substituir objectos expostos por objectos em reserva.

A função da reserva, a sua localização no edifício (ou fora dele), o tipo de equipamento e de organização do acervo, depende e varia de instituição para instituição. No entanto, esta função é indissociável do programa de exposição, da política de incorporações, dos projectos de investigação, das acções de divulgação do museu e do seu relacionamento com o público⁶.

O enquadramento da reserva no edifício, tendo em conta a articulação entre áreas e as condições de segurança e de ambiente propícias à colecção, é de grande importância para o cumprimento diário do trabalho a realizar. Encontram-se diferenças fundamentais quando se planeia para uma utilização da colecção, por exemplo para fins educativos, para fins de investigação ou para fins expositivos. Todos estes aspetos, ou uma combinação de dois ou mais aspectos, podem necessitar de instalações específicas junto das áreas de reserva. Sobretudo se a reserva não for visitável, podem ser necessárias salas de apoio destinadas ao estudo de colecções ou a actividades educativas. Para além destes existem ainda os espaços destinados a ações de manutenção das colecções, como oficinas ou laboratórios de conservação, salas de embalagem, salas de limpeza ou desinfestação de objectos, e também zonas de preparação dos objectos para exposição, empréstimo ou estudo.

Por outro lado a necessidade de manter as condições de ambiente estáveis deve afastar a localização das reservas das zonas onde se encontram equipamentos de climatização ou onde se realizam acções que podem ser potencialmente prejudiciais à colecção, como por exemplo as zonas de preparação e armazenagem de alimentos. Idealmente as reservas devem ser localizadas na zona central do edifício, longe das paredes exteriores, que estão mais sujeitas a variações de humidade relativa e temperatura, e ao abrigo da luz natural⁷.

Quando se considera a localização da reserva no edifício a segurança da colecção é um dos factores principais e incontornáveis, pois os objectos raramente poderão ser substituídos em caso de perda. A

⁴ HERREMAN, Yani, "L'entreposages des collections dans les réserves: un problème non résolu" in *Museum international*, nº 188 (vol. 47, nº 4, 1995), UNESCO: Paris, 1995, p. 10.

⁵ JAOWL, Martine, "Des réserves, por quoi faire?" in *Museum international*, nº 188 (vol. 47, nº 4, 1995), UNESCO: Paris, 1995, p. 5.

⁶ JAOWL, Martine, "Des réserves, por quoi faire?" in *Museum international*, nº188 (vol. 47, nº4, 1995), UNESCO: Paris, 1995, p. 6.

⁷ BACHMANN, Konstanze e RUSHFIELD, Rebecca Anne, "Principles of storage" in *Conservation concerns*, Smithsonian Institution: Nova Iorque, 1992, p. 6.

existência de um plano de segurança é fundamental assim como assegurar convenientemente o controlo de entrada de pessoas em áreas de reserva, quer sejam profissionais da instituição quer sejam visitantes.

É importante ter em conta a circulação de objectos dentro do espaço da reserva, mas também para os outros espaços em que o acervo é utilizado. Estes espaços devem estar localizados próximo das áreas de reserva, e as zonas de circulação de bens culturais devem ser separadas das zonas de circulação utilizadas pelo público.

A forma como são retirados os bens culturais do seu lugar na reserva e como são providenciadas condições adequadas de circulação interna é outro dos factores que devem ser considerados quando se programam reservas e se seleccionam os equipamentos necessários⁸ ao seu bom funcionamento.

Na abordagem às questões relacionadas com a circulação interna devem ser também consideradas as questões relacionadas com o manuseamento, sendo importante que existam normativos específicos, e claramente definidos, que devem ser seguidos sempre que se movimentam objectos. O manuseamento e a circulação de bens culturais devem ser sempre assegurados por pessoal com formação adequada⁹.

Durante o manuseamento os objetos estão sujeitos a praticamente todos os riscos que as acções de conservação preventiva têm como objectivo impedir. A causa mais comum de deterioração de bens culturais em contexto museológico tem origem no manuseamento incorrecto. Quando são manuseados, até os materiais mais estáveis e aparentemente mais resistentes podem sofrer danos¹⁰.

A reserva deve ser planeada para que os riscos inerentes ao manuseamento e à circulação de bens culturais sejam minimizados. Os sistemas, técnicas e materiais para armazenamento e acondicionamento em reserva muito podem contribuir para esse objectivo. Diferentes categorias de objectos requerem diferentes sistemas de armazenamento que podem ser muito variados: armários, estantes, painéis, gavetas, plataformas ou paletes, cabides ou rolos. A escolha dos sistemas, técnicas e materiais a utilizar depende dos recursos do museu e do tipo de acervo a que se destinam. Independentemente da opção tomada o museu deve assegurar que os materiais utilizados no fabrico destes sistemas sejam quimicamente inertes e estáveis a longo prazo. O mesmo se aplica a materiais utilizados para suportes, acondicionamento e protecção dos bens culturais¹¹.

Demasiados objectos arrumados no mesmo espaço e deficientes condições de manuseamento podem ser factores de degradação tão prejudiciais como valores incorrectos de humidade relativa e de temperatura¹².

Para uma adequada instalação de bens culturais em reserva é essencial realizar correctamente o cálculo de espaços e equipamentos necessários. Quando bem executado este cálculo evita a colocação de bens culturais em locais não apropriados do edifício ou fora de equipamentos adequados¹³.

Não é possível estipular regras fixas para este cálculo uma vez que cada museu é único nas colecções que alberga, no tipo de utilização que lhes dá e no edifício onde as guarda. A identificação exacta das

⁸ HORGAN, Joanne C. e JOHNSON, E. Verner, *Museum collection storage*, UNESCO: Paris, 1979, p. 20.

⁹ BACHMANN, Konstanze e RUSHFIELD, Rebecca Anne, "Principles of storage" in *Conservation concerns*, Smithsonian Institution: Nova Iorque, 1992, p. 8.

¹⁰ BRADLEY, Susan M., "Do objects have a finite lifetime?" in *Care of collections*, Routledge: Oxon e Nova Iorque, 1994, p. 53.

¹¹ *General precautions for storage areas*, CCI Notes 1/1, Canadian Conservation Institute: Otava, 2002, p. 2.

¹² SULLIVAN, Brigid, "Protecting museum collections in storage", disponível em <http://www.ohiohistory.org/resource/oahsm/notebook/mayjun1990.html> (consultado em Julho de 2009).

¹³ NICKS, John, "Collections Management" in *The Manual of Museum Planning*, Altamira Press: Oxford, 2001, p. 114.

características do museu e das suas necessidades está na base do plano que, quando adequado, permite determinar o espaço necessário para as reservas e o equipamento que aí deve ser instalado.

Nem todos os espaços do museu podem ser adaptados a reserva. A eficiência do espaço pode depender, por exemplo, da sua configuração e o estabelecimento de critérios para definir o espaço apropriado é fundamental¹⁴.

No caso de museus com uma política activa de incorporações, a reserva deve também ser capaz de acolher mais objectos do que aqueles que contém no momento do planeamento. Definir quanto espaço será necessário para o futuro pode ser difícil, mas é realizável, e se não for possível aumentar o espaço de reserva a sua utilização pode ser optimizada através da escolha de equipamentos destinados a serem reconvertidos, reorganizados ou acrescentados à medida das necessidades do museu.

A reserva deve ser um espaço capaz de acolher o acervo em condições apropriadas à sua correcta preservação. Para isso é necessário dotar esse espaço de condições de ambiente adequadas ao acervo que aí se encontra.

Não existem condições ideais de temperatura e humidade relativa para a colocação em reserva de todos os tipos de bens culturais. É desejável que possam existir diferentes áreas mantidas em diferentes condições, mas esta opção acarreta maiores custos e, ainda assim, pode não dar resposta às diferentes necessidades dos materiais em reserva¹⁵.

Frequentemente os bens culturais iniciam processos de deterioração ainda antes da sua incorporação e provavelmente o museu não conseguirá, apenas controlando as condições de ambiente, manter certos tipos de objetos em muito bom estado de conservação durante todo o seu período de vida na instituição¹⁶.

A investigação sobre a deterioração causada por factores como a luz, a humidade relativa, a temperatura, os poluentes ou a combinação de dois ou mais destes factores foi, e está a ser, realizada pontualmente, mas muito está ainda por saber sobre a forma como estes factores atuam nos objectos e qual a velocidade relativa a que a deterioração progride. Alguns materiais, se forem mantidos em condições adequadas, podem ser preservados indefinidamente, enquanto outros, mesmo que mantidos em condições controladas, não poderão ser preservados e mantêm estados de degradação activos. O tempo de vida dos objetos em reserva num museu não pode ser previsto. No entanto, está fortemente relacionado com a capacidade que o museu tem de manutenção de condições estáveis de reserva¹⁷.

É necessário que o museu identifique os bens culturais que apresentem processos de degradação activos para que possa adequar as condições de reserva ou proceder a tratamentos de conservação.

Um dos aspectos fundamentais de uma boa gestão da reserva é a monitorização e a utilização correcta de instrumentos de medição e registo. Um bom programa de gestão e manutenção da reserva prevê a recolha constante de dados relativos aos valores de humidade relativa, temperatura, poluentes, luz e outros factores de degradação.

¹⁴ NICKS, John, "Collections Management" in *The Manual of Museum Planning*, Altamira Press: Oxford, 2001, p. 138.

¹⁵ HILBERRY, John D. e WEINBERG, Susan K., "Museum collection storage" in *Care of collections*, Routledge: Oxon e Nova Iorque, 1994, p. 163.

¹⁶ BRADLEY, Susan M., "Do objects have a finite lifetime?" in *Care of collections*, Routledge: Oxon e Nova Iorque, 1994, p. 56.

¹⁷ BRADLEY, Susan M., "Do objects have a finite lifetime?" in *Care of collections*, Routledge: Oxon e Nova Iorque, 1994, p. 58.

Os objectos devem ser periodicamente observados para identificar problemas que possam estar relacionados com as condições de ambiente das reservas¹⁸. Todas as variações nos valores de humidade relativa e temperatura devem ser registadas para compreender o comportamento do edifício e as tensões, causadas por essas variações, a que os bens culturais estão sujeitos. A obtenção destas informações requer a utilização de instrumentos de monitorização capazes de registar dados ao longo do tempo.

Não é apenas importante registar as variações nos valores de humidade relativa e temperatura, mas também a rapidez com que estas variações ocorrem. Muitas das alterações causadas em objectos não são instantâneas, e perante as mesmas variações diferentes materiais reagem de forma distinta. Entre o momento em que ocorrem variações até ao momento em que são visíveis alterações nos objectos pode decorrer algum tempo¹⁹.

Os museus devem saber monitorizar as suas reservas conhecendo as formas mais apropriadas de obtenção de dados e sabendo como interpretar esses dados usando-os para fundamentar a sua actuação.

A programação da reserva é essencial para o cumprimento da missão do museu, mas a reflexão sobre a reserva surge, demasiadas vezes, numa fase tardia da programação museológica. Embora mais recentemente se observe uma mudança de mentalidades e, conseqüentemente, uma evolução na atitude face às reservas, estas têm sido instaladas, sofrendo grandes restrições orçamentais, nos espaços que sobram do edifício, quando as decisões em relação a outros sectores do museu já estão numa fase avançada, ou mesmo terminada²⁰.

Uma das conclusões da primeira conferência internacional sobre reservas²¹ (Washington, 1976) foi o facto de as colecções provavelmente sofrerem mais pelas más condições de reserva do que por qualquer outra causa²². No entanto, apesar de todos os avanços tecnológicos e de conhecimentos, os problemas sentidos em relação às reservas continuam atuais.

Cada museu tem que se interrogar sobre o objectivo da reserva e sobre as decisões a tomar para que estas não sejam reflexo do que foram práticas passadas, mas sim respostas a necessidades atuais e futuras. É respondendo a questões correctamente formuladas que se poderão programar reservas bem adaptadas às necessidades e aos recursos de cada instituição.

É importante referir que todos os profissionais de museu que são responsáveis pelo programa de investigação, de documentação, de conservação e de todos os sectores do museu que lidam directamente com as colecções devem ser incluídos na fase de planeamento do museu, quer se trate de um novo edifício, quer se trate da ampliação ou renovação de um edifício já existente. Se a fase de projecto tiver a participação de uma equipa multidisciplinar podem ser evitados erros e garante-se que a reserva está enquadrada no edifício de uma forma funcional para todos aqueles que a utilizam²³.

¹⁸ BACHMANN, Konstanze e RUSHFIELD, Rebecca Anne, "Principles of storage" in *Conservation concerns*, Smithsonian Institution: Nova Iorque, 1992, p. 8.

¹⁹ CASAR, May e HUTCHINGS, Jeremy, *Relative humidity and temperature pattern book. A guide to understanding and using data on the museum environment*, Museums and Galleries Commission: Londres, 2000, p. 4.

²⁰ JAOUL, Martine, "Des réserves, por quoi faire?" in *Museum international*, nº 188 (vol. 47, nº 4, 1995), UNESCO: Paris, 1995, p. 5.

²¹ Esta conferência visava a sensibilização dos profissionais de museus para os problemas que podem ser originados por sistemas de reserva mal planeados ou mal concebidos.

²² LORD, Marcia, "Éditorial" in *Museum international*, nº 188 (vol. 47, nº 4, 1995), UNESCO: Paris, 1995, p. 3.

²³ NICKS, John, "Collections Management" in *The Manual of Museum Planning*, Altamira Press: Oxford, 2001, p. 114.

Por outro lado, para ser possível articular as funções e objectivos da reserva com os de outros sectores do museu, a programação da reserva deve ser feita de forma integrada com a programação do museu.

A reserva não deve ser resultado de uma situação de compromisso entre interesses ou objectivos distintos, mas sim o resultado de uma reflexão e o produto final de decisões tomadas em conjunto pelos profissionais de uma instituição.

Sobre reservas muito pouco tem sido publicado em Portugal e recentemente tem-se assistido a algumas obras importantes de ampliação e remodelação de museus, quer nacionais quer regionais, onde com alguma frequência se têm observado dificuldades em enquadrar a reserva no programa museológico e em incluir equipas multidisciplinares relevantes na reflexão que o antecede e fundamenta.

Apesar de todas as carências de recursos que os museus identificaram é benéfico verificar que têm conseguido manter, e mesmo melhorar, as reservas e o estado de conservação do seu acervo.

Um aspecto menos positivo é a ausência, no panorama nacional, de programação para as reservas, sobretudo quando em fases iniciais do museu, ou dos seus projectos. As acções desenvolvidas, ainda que adequadas, surgem mais como reacção a problemas que é necessário resolver do que como propostas fundamentadas em reflexão anterior tendo em conta os objectivos do museu para a reserva. Este facto é reforçado pela ausência de orçamento regular destinado a áreas de reserva. Sendo função da reserva responder à missão do museu, e estando a maior parte do património móvel em reserva, maiores recursos deveriam ser canalizados para este sector, o que não acontece pois o sucesso das instituições mede-se frequentemente pela afluência de visitantes. Assim, o investimento orienta-se sobretudo para este objectivo.

Uma boa gestão e organização da reserva devem permitir que nenhum objecto seja negligenciado ao mesmo tempo que torna a reserva num recurso de investigação e formação. A reserva é funcional na medida em que é possível a identificação rápida de qualquer bem cultural e o seu acesso é simples²⁴. Os bastidores dos museus podem assim tornar-se centrais para o funcionamento do museu e para a sua relação com o público.

A reserva não pode ser vista apenas como um espaço onde se guarda o acervo, mas sim entendida como um conjunto de procedimentos adequados, que permitem a utilização desse acervo sem pôr em causa a sua preservação.

BIBLIOGRAFIA

AMES, Michael, "Déscolariser le musée: les musées et leur ressources à la portée de tous" in *Museum*, nº145, UNESCO: Paris, 1985.

BACHMANN, Konstanze e RUSHFIELD, Rebecca Anne, "Principles of storage" in *Conservation concerns*, Smithsonian Institution: Nova Iorque, 1992.

BRADLEY, Susan M., "Do objects have a finite lifetime?" in *Care of collections*, Routledge: Oxon e Nova Iorque, 1994.

Canadian Conservation Institute, *General precautions for storage areas*, CCI Notes 1/1, Canadian Conservation Institute: Otava, 2002.

²⁴ CAPLE, Chris, *Conservation skills. Judgment, method and decision making*, Routledge: Oxon e Nova Iorque, 2000, p. 154.

CAPLE, Chris, *Conservation skills. Judgment, method and decision making*, Routledge: Oxon e Nova Iorque, 2000.

CASAR, May, *Environmental management*, Routledge: Londres e Nova Iorque, 1995.

CASAR, May e HUTCHINGS, Jeremy, *Relative humidity and temperature pattern book. A guide to understanding and using data on the museum environment*, Museums and Galleries Commission: Londres, 2000.

EDSON, Gary (ed.), *Museum Ethics*, Routledge: Oxon e Nova Iorque, 1997.

ERHARDT, David e MECKLENBURG, Marion, "Relative humidity re-examined" in *Preventive conservation. Practice, theory and research, Preprints to the Ottawa Congress, 12-16 Septembre 1994*, International Institute for Conservation: Londres, 1994.

FERRIOT, Dominique, "Les reserves dans les musées: un colloque international" in *Museum international*, nº 188 (vol. 47, nº 4, 1995), UNESCO: Paris, 1995.

Getty Conservation Institute, "Preventive conservation" in *Care of collections*, Routledge: Oxon e Nova Iorque, 1994.

GONÇALVES, António Manuel, "Arrecadações nos museus" in *Separata do Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga* vol. IV, nº 1, MNAA: Lisboa, 1958.

HERREMAN, Yani, "L'entreposages des collections dans les réserves: un problème non résolu" in *Museum international*, nº 188 (vol. 47, nº 4, 1995), UNESCO: Paris, 1995.

HILBERRY, John D., "Behind the Scenes: Strategies for Visible Storage" disponível em http://www.aam-us.org/pubs/mn/MN_JA02_VisibleStorage.cfm (consultado em Outubro de 2011).

HORGAN, Joanne C. e JOHNSON, E. Verner, *Museum collection storage*, UNESCO: Paris, 1979.

International Council of Museums, *Código Deontológico do ICOM para Museus*, disponível em http://www.icom-portugal.org/multimedia/CódigoICOM_PT%202009.pdf (consultado em Outubro de 2011).

JAOUL, Martine, "Des réserves, por quoi faire?" in *Museum international*, nº 188 (vol. 47, nº 4, 1995), UNESCO: Paris, 1995.

KEENE, Suzanne, *Fragments of the world: uses of museum collections*, Butterworth-Heinemann: Oxford, 2005.

KEENE, Suzanne, *Managing conservation in museums*, 2ª edição, Butterworth-Heinemann: Oxford, 2002.

KNELL, Simon, "Introduction: the context of collection's care" in *Care of collections*, Routledge: Oxon e Nova Iorque, 1994.

LORD, Barry e LORD, Gail Dexter, *The Manual of Museum Planning*, Altamira Press: Oxford, 2001

LORD, Marcia, “Éditorial” in *Museum international*, nº 188 (vol. 47, nº 4, 1995), UNESCO: Paris, 1995.

MARTIN, David (ed.), “Storage equipment” in *Museum practice*, vol. 1, nº 1, Museums Association: Londres, 1996.

MARTIN, David (ed.), “Storage and accessibility” in *Museum practice*, vol. 1, nº 1, Museums Association: Londres, 1996.

MARTIN, David (ed.), “The storage environment” in *Museum practice*, vol. 1, nº 1, Museums Association: Londres, 1996.

MAY, Roland, “Les reserves de musée: nouvelles missions, nouvelles fonctions, nouvelles appellations” in *Techne*, nº 21, Centre de recherche et de restauration des musées de France – CNRS-UMR 17: Paris, 2005.

NICKS, John, “Collections Management” in *The Manual of Museum Planning*, Altamira Press: Oxford, 2001.

STOLOW, Nathan, *Conservation and exhibitions. Packing, transport, storage and environmental considerations*, Butterworths: Londres, 1987.

SULLIVAN, Brigid, “Protecting museum collections in storage”, disponível em <http://www.ohiohistory.org/resource/oahsm/notebook/mayjun1990.html> (consultado em Outubro de 2011).

THOMSON, Garry, *The Museum Environment*, 2ª edição, Butterworth-Heinemann: Oxford, 1994.

WALTON, Sue e BERTRAM, Brian, “Estimating space for the storage of ethnographic collections” in *La conservation preventive, 3^e colloque de l’Association des Restaurateurs d’Art et d’Archéologie de formation Universitaire, Paris, 8-10 octobre 1992*, ARAFU: Paris, 1992.

Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto in *Diário da República – I Série A*, nº 195, 19 de Agosto, Lisboa, 2004.

OPINIÕES

O RECURSO 'MUSEU' NO SISTEMA EDUCATIVO

I
MARIA DO ROSÁRIO AZEVEDO

Correspondente Nacional do CECA – Comité Internacional do ICOM para a Educação e Acção Cultural

Desde que os museus surgiram como uma instituição cultural, a sua vocação pedagógica foi evidente e, nesse sentido, gradualmente se foram afirmando como um recurso fundamental no sistema educativo. A criação de serviços de extensão escolar e de serviços educativos dos museus veio reforçar ainda mais esta vocação que, dirigindo-se a públicos de todas as idades tanto do ensino formal como não-formal, se constituiu como uma importante fonte de aprendizagem ao longo da vida.

Os agentes do sistema educativo têm recorrido a esta instituição, sobretudo como uma mais-valia do processo ensino/aprendizagem, ao complementar os conteúdos curriculares com iniciativas diversificadas de carácter potencialmente multidisciplinar, multicultural, transversal e intergeracional propostas pelos museus, em contextos de aprendizagem igualmente diversos. Entre estas, a visita orientada ou dinamizada ao museu é a mais requisitada, sendo frequentemente a porta aberta para outros projectos, curriculares ou extra-curriculares, em parceria ou em colaboração com outras instituições culturais ou sociais alargando, assim, o âmbito de actuação do museu e a conquista de novos públicos. Neste caso, o museu poderá intervir como um catalisador social, tornando-se igualmente num importante instrumento de cidadania activa e de formação cívica.

No entanto, as instituições do sistema educativo ainda não usufruem em pleno de todas as potencialidades pedagógicas e educativas dos museus. A participação mais frequente e sistemática em iniciativas ou projetos de carácter continuado seria, certamente, um dos caminhos possíveis e o estabelecimento de parcerias com outras instituições uma das formas de assegurar a sua sustentabilidade. Um reforço da aproximação à esfera académica, apesar do aumento exponencial de cursos de formação na área da museologia nos últimos anos, através de projectos de investigação conjuntos, ou de um aumento dos estágios curriculares e profissionais, seria certamente outra via. A participação dos técnicos dos museus na formação inicial e contínua de professores, educadores e formadores de formadores seria igualmente imprescindível.

Os museus são um recurso singular para o sistema educativo, porque potenciam o desenvolvimento de uma plataforma onde se articulam diversas instituições. Através dos museus a esfera de acção das escolas alarga-se ultrapassando os seus próprios limites físicos e permitindo um contacto directo com diferentes realidades e saberes, do presente ou do passado, proporcionando novas competências e vivências gratificantes e enriquecedoras. No entanto, os problemas logístico-financeiros, a falta de disponibilidade nos programas curriculares e extra-curriculares para iniciativas conjuntas com os museus, aliada à urgência do cumprimento desses mesmos programas, e ainda o estabelecimento de outras prioridades impostas pelo próprio sistema educativo, como o cumprimento do horário lectivo tanto para alunos como para professores, são o impedimento real para um estreitamento e consolidação de relações entre os museus e as instituições do sistema educativo.

II ISABEL PEREIRA

Professora da Escola Secundária de Vergílio Ferreira em Lisboa

Aqui enuncio algum do tempo diário dos (meus) alunos.

No quotidiano da escola experimentamos as aulas em ritmos diversos:

as mais práticas,

as expositivas algo mais teóricas,

aquelas em que se preenchem fichas, se constroem respostas, se registam comentários;

algumas em que se desenha,

outras em que se esquematizam ideias e se inventa...

Agora, algumas das salas de aula, através de programas de reformulação das instalações escolares, dispõem de recursos informatizados, de unidades multimédia. Hoje o espaço virtual e concetual da sala de aula é muitas vezes mais interativo do que dantes. É frequente recorrer-se à projeção audiovisual para reforço do material livro.

E onde entra o Museu nestas aprendizagens? De que maneira o Museu proporciona ao aluno uma experiência formativa, para além da informativa? Como é que o Museu faz crescer o jovem em conhecimento e ao formá-lo lhe proporciona alargar horizontes, antever outras perspetivas... de que modo lhe enriquece o espírito?

Pois bem, como professora da área das artes visuais, tenho vindo a confirmar que uma imagem vale por mil palavras! É enorme o seu poder sugestivo, o seu valor simbólico; uma imagem evidencia questões essenciais. E, quando falo de imagens não me refiro apenas àquelas planas, bidimensionais... estou a pensar nos "objetos artísticos" tanto os que são vestígios de um passado arqueológico ou de uma história mais ou menos remota, ou nos modelos arquitectados por sociedades de proveniência diversa, culturalmente diferenciadas. É no Museu que o aluno, a turma, os seus professores, têm um lugar de ambiente privilegiado à observação, fruição e convívio perante o objeto modelo vivo. Aí a compreensão e interpretação do observado permite uma relação direta com a sensibilidade estimulada. Tantas vezes nas relações interpessoais nós descobrimos facetas diferentes naquele nosso aluno! Nem parece o mesmo jovem com o qual lidamos no contexto da sala de aula?! E que cintilação de inteligência e interesse brilhou naquele olhar maroto?!

Considero que tem sido muito importante para as aprendizagens dos meus alunos a relação que tenho vindo a estabelecer com os museus. Para estes jovens, outros interlocutores se apresentam (que não o professor do dia a dia ...) e a linguagem técnica em comunicação especializada que lhes é proporcionada, a condução das conversas pelo monitor que nos acompanha, o diálogo que se vai estabelecendo com os objetos artísticos históricos, a relação espacial que se sente com as instalações... permitem cativar para o saber, para a aprendizagem de uma outra maneira.

Pois também aqui devo afirmar como são importantes as equipas e serviços educativos do Museu. São na maior parte das vezes a alma comunicante das instituições, contagiando os nossos alunos desse amor pela fruição das obras, ativando-os para a descoberta, fomentando o estudo, a vontade da pesquisa, desmontando as técnicas, retirando véus, clarificando hipóteses e explicações, proporcionando a compreensão.

Quando se prepara uma visita ao museu há um desencadear de tempos que eles próprios contaminam a atividade de outros tempos de aprendizagem e enriquecem o quotidiano escolar:

é o momento da preparação da saída de sala de aula, da constituição dos grupos e de construção de um (eventual) roteiro com pistas e/ou tópicos a orientar as observações...

é o texto de apoio que se concebe, que orienta, que estimula à pesquisa e que marca um tempo de aula fora da aula...

é aquele momento, no regresso ao lugar comum da sala de aula, de um balanço na revisão das experiências tidas, das emoções experimentadas...

Quando a escola vai ao museu põe-se em marcha uma dinâmica de aprendizagens multifacetadas, um crescente enriquecimento para o aluno que fortifica a relação de cidadania esclarecida.

NOVOS, RECENTES E RENOVADOS

MUSEU DO DOURO – UM MUSEU PARA UM TERRITÓRIO

FERNANDO SEARA

Director Interino do Museu do Douro

NATÁLIA FAUVRELLE

Coordenadora dos Serviços de Museologia

SUSANA MARQUES

Técnica Superior de Museologia



Edifício sede do Museu do Douro.

Missão e objectivos

O Museu do Douro, criado pela Lei 125/97, foi concebido como um museu poli-nuclear, vocacionado para reunir, conservar, investigar e divulgar o vasto património museológico e documental disperso pela região, devendo constituir um instrumento ao serviço do desenvolvimento sociocultural da Região Demarcada do Douro. Numa perspectiva de “museologia de comunidade”, o MD assume-se como processo cujo desenvolvimento deverá envolver a colaboração activa com as instituições locais, regionais e internacionais. A gestão administrativa e financeira do MD é da responsabilidade da Fundação Museu do Douro, criada pelo Dec. Lei 70/2006, entidade privada de direito público, sem fins lucrativos e de utilidade pública. A FMD tem como fim a instalação, manutenção e gestão do MD.

Para atingir a sua missão o MD preserva, estuda, expõe e interpreta objectos materiais e imateriais representativos da identidade, da cultura, da história e do desenvolvimento do Douro, independentemente da época histórica, de vários tipos e fabricos, com especial incidência nos elementos associados à vitivinicultura, actividade central no Douro. O MD pretende assumir o papel que lhe cabe na formação de valores culturais, em articulação activa com os demais agentes e instituições, promovendo não só uma

função educacional de divulgação e contextualização da cultura e história da região mas, sobretudo, proporcionando experiências capazes de motivar a participação e o envolvimento activo do público que serve.

O Edifício

De acordo com o definido pela lei de criação, a sede do Museu situa-se em Peso da Régua, devendo a sua acção estender-se a todo o território. Os serviços do MD concentram-se na “Casa da Companhia”, edifício histórico e de grande simbolismo para o Douro, uma vez que foi sede da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, instituída pelo Marquês de Pombal em 1756, e que tinha como principal função o controlo da produção e da qualidade dos vinhos da região. O edifício apresenta diferentes fases de construção, datadas dos séculos XVIII e XIX, que se justapõem formando um pátio central. A sua readaptação para museu foi realizada de acordo com um projecto do arquitecto Duarte Cunha, intervenção que respeitou o valor emblemático do edifício, mantendo as marcas históricas e conjugando-as com os novos espaços associados à actividade museológica.

Entre outras valências, o MD está equipado com uma oficina de conservação e restauro dimensionada não só para intervir nas colecções do Museu e nos objectos que lhe são confiados para as exposições temporárias, mas também para poder prestar serviços ao exterior. Esta disponibilização de serviços à comunidade é uma das formas de dar corpo à função territorial do Museu, permitindo que o investimento aqui realizado seja partilhado com outros museus e coleccionadores regionais. Pretende-se prestar um serviço distinto, baseado na investigação científica, complementando ao mesmo tempo o financiamento da instituição, que assim arrecada receitas próprias que podem contribuir para a sustentabilidade do projeto.

O Museu dispõe ainda de um centro de documentação, composto por um arquivo e biblioteca, que dá apoio à investigação sobre a vitivinicultura duriense e a história da região. Além dos inventários dos principais arquivos institucionais do sector, o MD tem já disponível para consulta o fundo arquivístico do IVP, estando já depositados no MD arquivos de quintas e de empresas do sector.

Como pontos de apoio e de carácter mais lúdico, o Museu possui ainda espaços de restauração e de loja. A loja, directamente explorada pelo Museu, procura divulgar a produção tradicional de vinhos, compotas, azeites, etc., estando já disponível on-line. No restaurante “A Companhia”, espaço concessionado, privilegia-se a gastronomia duriense.



Wine bar



Loja

A exposição permanente do MD, “Memória da Terra do Vinho”, ocupa um antigo armazém de vinho localizado nas proximidades da sede. Aqui se apresentam os principais aspectos associados à construção do *território do vinho*, assumindo-se como um espaço de representação da RDD e da cultura da vinha e do vinho. Ao mesmo tempo, procura ser um ponto de partida para a descoberta e interpretação não só da Região, mas também da sua cultura e memória.



Exposição permanente: Memória da Terra do Vinho



Exposição permanente: Memória da Terra do Vinho

Durante o ano de 2012 está prevista a passagem da exposição permanente para a sala central do edifício sede. A mudança vai de encontro às expectativas dos visitantes do Museu, que referem com frequência o facto de essa exposição fazer mais sentido na sede, local a que primeiramente se dirigem. Esta medida permite também que o investimento em exposições temporárias seja mais reduzido. Exposições mais pequenas facilitam a itinerância na região, tornando mais acessível a toda a população regional o trabalho do MD. Esta política corresponde igualmente às necessidades dos municípios, fundadores do MD, que por esta via podem alargar a oferta cultural no seu concelho.

Desafios museológicos: como dar um museu a um território

O conceito museológico proposto para este projecto partilha as ideias da nova museologia, procurando instalar-se no seu espaço de acção, a RDD, e inserindo no seu âmbito de estudo e investigação todo o património material e imaterial regional passível de ser protegido. Acima de tudo, este modelo propõe que o museu dialogue com as comunidades de que faz parte, numa lógica de inclusão e partilha. Portanto, o maior desafio que se nos coloca é dar um museu ao território, sendo desejável que contribua para o desenvolvimento do mesmo e das suas comunidades.

Esta territorialidade, numa interpretação literal da lei, levaria a que se implantassem vinte núcleos além da sede, um por cada concelho, solução que levanta graves problemas de sustentabilidade. Como se verificou em outros países com experiências de museus polinucleados, o crescimento excessivo dos núcleos pode levar ao colapso da estrutura. Como conciliar então o que está escrito na lei com a realidade?

Até ao momento, o Museu tem actuado de três modos distintos que lhe permitem estar presente no território, ainda que se reconheça que há um longo caminho a percorrer para, de facto, trabalhar no e com o território, criando uma relação mais estreita com as comunidades que o MD serve e estuda.

A abordagem mais simples e tradicional passa pelas acções de investigação no terreno, pela acção do serviço educativo e pela itinerância de exposições e de outros eventos. A acção no terreno tem-se centrado

no estudo do património, sobretudo com a realização de inventários de património material e imaterial, público e privado. Esta recolha pressupõe igualmente uma análise cuidada das peças e dos saberes fazer a elas associados, procurando-se deste modo preservar também a memória dos objectos e de quem os utilizou.

O Serviço Educativo desenvolve o seu programa abrangendo toda a comunidade escolar da Região nas suas actividades “de educação, de conhecimento e de entretenimento” que envolvem várias vertentes de acção, nomeadamente projectos plurianuais e anuais com escolas, oficinas sazonais, rogas, percursos pedestres e visitas guiadas às exposições do MD.



Actividade do serviço educativo

O MD tenta manter uma abertura da sua programação ao território através da itinerância de exposições, em particular as de temática duriense, e a realização de conferências, apresentação de livros e outras actividades culturais. No caso das itinerâncias, o MD, além de se responsabilizar pela montagem, dá igualmente formação aos técnicos locais de modo a que estes possam fazer as visitas guiadas autonomamente, mediando a comunicação com os vários tipos de público. Em 2012 pretende-se protocolar com instituições museológicas de outras regiões o intercâmbio de publicações, exposições e acções de interesse comum, abrangendo novos públicos.

A par desta abordagem o MD optou até ao momento por apoiar a criação de núcleos museológicos em diferentes concelhos da RDD, explorando vários temas fortes da Região. Das propostas já elaboradas está unicamente em funcionamento o núcleo de Tabuaço dedicado ao património imaterial (Museu do Imaginário Duriense), inaugurando em maio de 2012 o Núcleo do Pão e Vinho de Favaios (Alijó). Estão igualmente em construção os núcleos dedicados ao vinho, em S. João da Pesqueira, e à seda, em Freixo de Espada à Cinta. O papel do MD nestes projectos tem sido de apoio aos municípios nos projectos de arquitectura, no delineamento do programa museológico, onde se incluem a preparação da exposição permanente, dos documentos normativos, a selecção e recolha de objectos para a criação da colecção e seu inventário, as intervenções de conservação preventiva e o planeando de acções de acompanhamento educativo. O

objectivo é envolver as comunidades, procurando que estas participem com os seus objectos e as suas memórias.

Tendo em conta a experiência destes últimos anos, e também o enquadramento financeiro actual e a escassez de recursos humanos especializados na região, foi repensada a política de implementação de museu de território. Pretende-se já em 2012 impulsionar a rede de museus, projectada em 2007. Este modelo propõe a formação de uma estrutura articulada que crie «condições de suporte entre as diferentes estruturas culturais a operar no Douro, sejam elas museus, núcleos museológicos ou quintas com colecções visitáveis, em cujas vitrinas se exibem testemunhos do património local, de tutela nacional, municipal ou privada.» tendo como ponto unificador «a vocação para a conservação de testemunhos relevantes para o conhecimento da RDD com valor histórico, etnológico, científico, cultural, artístico, paisagístico, natural, etc.». A ideia é associar a actuação de cada membro de modo a rentabilizar o mais possível os recursos existentes, numa plataforma horizontal de cooperação, em que cada membro contribui de acordo com a sua disponibilidade. Deste modo será possível criar uma imagem cultural da região, mas mantendo a diversidade e a riqueza de experiências museológicas, respeitando a individualidade de cada instituição e promovendo a qualificação do tecido museológico regional. Paralelamente, o MD tenciona marcar presença no território através da sinalização e interpretação de diferentes patrimónios. Um trecho de paisagem, uma quinta, uma aldeia, um prato típico, um saber fazer, uma memória, tudo isto constitui matéria passível de ser interpretada e apresentada aos visitantes, que, ao percorrerem a região poderão conhecê-la e compreendê-la melhor, complementando a visita ao museu. A divulgação destes percursos e patrimónios será feita através de diferentes níveis de informação, como folhetos, visitas guiadas presenciais ou recorrendo a novas tecnologias.

Tornar o território museu é talvez a forma mais presencial e mais actuante de concretizar o conceito de museu do território. Deste modo, as comunidades são chamadas a acompanhar o projecto, através da identificação dos recursos a musealizar, da garantia de manutenção da sinalização colocada, enfim, do apoio que devem prestar aos visitantes que atravessam a região.

A consolidação deste projecto beneficiará da prática dos técnicos e das comunidades envolvidas, sendo portanto um programa de longo prazo, em constante construção e aperfeiçoamento. Será assim possível criar um museu para o Douro a partir dos diferentes museus e estruturas museológicas do Douro.

Prémio Museu Europeu do Ano 2011

Menção Especial do EMYA

A Menção Especial que sublinha a qualidade e o vasto âmbito de programas que contribuem para um maior conhecimento e orgulho da identidade cultural da Região do Douro.

Menção Honrosa nos Prémios de Turismo de Portugal 2009

Espaço Museológico de Referência

Este prémio distinguiu a excelência do MD como um espaço museológico diferenciado, não só pelas abordagens temáticas inovadoras, mas também pela apresentação de conteúdos expositivos com recurso a renovadas linguagens.

Menção Honrosa no APOM 2008

Menção Honrosa na categoria de Melhor Site

Fotografias © Colecção Museu do Douro

ENTREVISTA COM...



Luísa Costa Gomes, escritora e dramaturga, apresentou no mês passado a peça Dias a Fio. Tratava-se de um reencontro com a encenadora Ana Tamen, 20 anos depois da colaboração em Nunca Nada de Ninguém. No decorrer de uma reunião, Luísa apercebeu-se que o cartaz para esta nova peça iria ser desenhado pelo atelier do designer que tinha desenhado, há vinte anos, o cartaz de Nunca Nada de Ninguém. E exclamou: “Esse cartaz já podia ser uma peça de museu!”. E foi esse o pretexto para esta mini-entrevista.

Maria Vlachou

ICOM.PT: O cartaz podia ser uma ‘peça de museu’ em que sentido?

Luísa Costa Gomes (LCG): Fizeram-se poucos exemplares na altura, é uma peça rara. Mas tem também um valor histórico: é um cartaz bem-feito, bonito. Naquela altura, penso que foi importante no *design* de cartazes de peças de teatro.

ICOM.PT: É esse o papel dos museus? Preservar o que é raro, o que tem valor histórico?

LCG: Os museus podem ter muitos papéis. Um deles é constituir um passado. Não é recuperar; é criar, inventar uma história. Do presente estamos a falar daquilo que para nós é ainda reconhecível, é uma espécie de ‘escolha’ do nosso passado. Há museus, no entanto, que têm prazo de validade. A representação que lá está não tem eco, não tem repercussão. É preciso não transformar as coisas em ‘peças de museu’.

ICOM.PT: Que museus são esses?

LCG: Muitos museus são “coleções de peças de museu”. Há alguns como o Museu de Marinha, por exemplo, que têm peças interessantíssimas e importantíssimas e não é suficientemente vivido. Os museus vivem se forem visitados.

ICOM.PT: Sente alguma evolução na forma como os museus são criados hoje em dia?

LCG: A museologia hoje é uma autêntica ciência! Das técnicas de exposição às de promoção tem evoluído muito. No entanto, em muitos casos, a exposição hoje é mais importante que o exposto. Ofusca o objecto. É preciso haver um equilíbrio. São criadas ‘fachadas’ e o que se vai ver não é necessariamente importante.

ICOM.PT: Costuma visitar museus?

LCG: Eu passo dias e dias nos museus, não ‘visito exposições’. Gosto de ir para lá passar o dia, quando me apetece ver pintura ou “belezas”....Não gosto de museus grandes, de filas, da imagem “eu consumo cultura”. A arte talvez não seja actividade de massa. Ou as coisas estão contextualizadas, integradas nas nossas preocupações, ou não fica nada. Mas a experiência do museu pode ser uma experiência importante de intimidade que nos pode iluminar e fazer companhia.

ICOM.PT: Quais os museus de que gosta, então?

LCG: Gosto do Thyssen em Madrid, por exemplo. É pequeno e acolhedor. Lembro-me de pequenos museus na América, perdidos no meio do nada. E gosto de pequenas descobertas. Lembro-me de ter visitado no Louvre a pintura do Séc. XVII: salas e salas de grandes “pastelões”, tudo igual, uma acumulação de beleza estéril. E aí, no meio, um quadrinho de Turner...

ICOM.PT: Quando era pequena, visitava museus?

LCG: Sim, bastante. A minha mãe trabalhava no Movimento Nacional Feminino, em frente ao Museu de Arte Antiga. Lembro-me de que tinha 15-16 anos e passava tardes inteiras, sobretudo nas férias de Verão, no Museu. Lembro-me do sentimento de liberdade e de autonomia.

ICOM.PT: Já percebi que não viaja de propósito para ver exposições, mas costuma visitar museus?

LCG: Quando viajo, às vezes vou ver museus de outras coisas. Gostei muito do Museu dos Perfumes, perto de Paris. Simples, discreto, calmo, num belo *château*. Mas também várias vezes quis ver coisas concretas e não pude. Tenho um historial com os Vermeer. Quando visitei, há 20 anos, o Louvre, a sala dos Vermeer estava fechada. Passados 10 anos, voltei, estava novamente fechada... Quando estive em Boston fui ver o Museu Isabella Stewart Gardner. É um palacete renascentista que ela trouxe de Itália. Os quadros não têm legenda e não sabemos quem os pintou. Foi assim que ela quis. Não queria que as pessoas admirassem os quadros pelos nomes dos pintores. Enfim, eu sabia que havia lá um Vermeer. Quando cheguei ao terceiro andar, o espaço do quadro estava vazio. Perguntei ao segurança, que me reencaminhou para a recepção. “Deve ter ido para limpar”, disse-me a funcionária, “ou está noutra andar. Veja no 2º.” Voltei atrás, subi e desci, procurei, mas não estava. Regressei à recepção, onde agora encontrei uma funcionária diferente. Perguntei pelo quadro. “Esse quadro foi roubado há 15 anos!”, disse-me ela...Percebi que a senhora que me tinha dado a informação anterior era uma voluntária que começara há pouco a trabalhar ali e não conhecia bem a história. Aliás, consta que o quadro foi roubado pelo famoso gangster de Boston sobre o qual o Scorsese fez o filme *The Departed*...

ICOM.PT: Dizia no início que os museus podem ter muitos papéis. Quais são eles?

LCG: Depende da criatividade, imaginação e formação das pessoas que neles trabalham. Eu fui, durante vários anos, membro do júri da iniciativa do Ministério da Educação “A minha escola escolhe um museu”. Um projecto que pretendia alargar horizontes e que acabou por ser uma coisa bairrista. Todos os anos recebíamos as mesmas coisas. As crianças de Viseu visitavam o Museu Grão Vasco... Todos os anos... Nenhuma tentativa de criar parcerias, levar os alunos fora, a visitar outros museus noutras zonas, conhecer outras coisas. E tudo por razões tão corriqueiras como o não haver fundos para pagar uma camioneta aos alunos...

Os museus deveriam ser cada vez mais como a Tate Modern: mães e pais com bebés, locais de convívio, aulas de arte. Povoar os museus com pessoas que se sintam bem neles, criar grupos de amigos, atrair patronos...

ICOM.PT: Qual é o museu que faz falta em Lisboa?

LCG: Um bom Museu dos Descobrimentos. Houve aquela exposição “Encompassing the Globe”, que foi para mim uma decepção. Os Descobrimentos são uma grande ideia para um Museu, temos tanta História incrível por contar, fomos pioneiros em tantas coisas – mapas, cartografia, navegação aérea. E quem vem a Portugal, é natural que procure um museu assim.

NOTÍCIAS ICOM

ENCONTRO: MUSEUS E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: Um participado debate teve lugar no Porto

GRAÇA FILIPE

No passado dia 7 de Novembro, no auditório do Museu Nacional Soares dos Reis, o encontro organizado pelo ICOM Portugal sobre museus e sustentabilidade financeira contou com a presença de mais de uma centena de pessoas, principalmente profissionais ligados aos museus, estudantes e outros interessados por este tema, actualmente imprescindível no debate museológico.

O programa do Encontro, organizado por Inês Fialho Brandão e Maria Vlachou, proporcionou um amplo leque de visões e de análise dos problemas que actualmente se colocam à economia dos museus e aos modelos de gestão que os tornem sustentáveis, face à crescente diminuição de recursos financeiros do Estado, tornando mais exigentes os esforços de envolvimento da sociedade e de financiamentos privados, sob o princípio de que se respeitem as missões das entidades museais.

À diversidade de perspectivas com que os vários oradores convidados e comunicantes abordaram o tema, esteve subjacente a diversidade de contextos de actuação e experiências profissionais que as organizadoras convocaram para o debate: não só museólogos e conservadores de museu, mas também promotores e gestores culturais, um economista e especialistas ou estudiosos de questões emergentes no universo museal, como é o caso da propriedade intelectual.

Os debates, muito participados, revelaram a atractividade de algumas questões em particular. A dos modelos e níveis de gratuitidade praticados pelos museus, segundo opções das respectivas tutelas, concluindo-se pela necessidade de fundamentar políticas e comparar resultados e defendendo-se a preservação do acesso democrático aos museus. Outra questão que provocou uma viva discussão, sendo ocasião para que fosse demonstrada a diversidade de pontos de vista, com um fio condutor comum - o da salvaguarda dos acervos dos museus e o fortalecimento do seu potencial junto dos públicos -, foi a possibilidade de alienação de bens

ou colecções que os museus, no âmbito da revisão das suas políticas de incorporações, possam entender susceptíveis de permuta, por razões de coerência com as suas missões ou, por exemplo, de reordenamento museológico.

No site do ICOM Portugal encontra-se de variada informação sobre este Encontro e os conteúdos das comunicações nele apresentadas e debatidas.

NOVAS PUBLICAÇÕES

Actas da 16ª Conferência do ICOM-CC

<http://www.criterio.biz/icom-cc-preprints-2011/>

Bruno, M. C. O. (coord. editorial) 2010. *O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos seleccionados*,. 2 v. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, Comité Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.

Bruno, M. C. O. (coord. editorial), Araújo, M.M. e Coutinho, M. I. L. (col.) 2010. *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, textos e contextos de uma trajetória profissional*, 2 v. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, Comité Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.

CALENDÁRIO DE INICIATIVAS DEZ 2011 - FEV 2012

PORTUGAL

[Encontro] O PROGRAMA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA OS MUSEUS E SEUS PROFISSIONAIS

9 JAN

Museu do Papel Moeda, Fundação Dr. Cupertino de Miranda, Porto
Inscrições: info@icom-portugal.org

MAIS À FRENTE

[Encontro] II ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA: ACERCA DA IMPLICAÇÃO DA ACÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS

2, 3 E 4 ABRIL 2012

Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto
Informações: <http://aiea.up.pt>

E AINDA...

Informação sobre todos os encontros dos Comitês Internacionais do ICOM em
<http://icom.museum/calendar.html>

INFORMAÇÃO ICOM.PT é uma publicação trimestral da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM.

Editoras Maria Vlachou (mariavlachou.pt@gmail.com), Paula Menino Homem (pmeninoh@gmail.com), Susana Medina (smedina@fe.up.pt)

Design Sistemas do Futuro